

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.020 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 2000

Relator busca consenso para fundo contra pobreza

O máximo de consenso possível é a meta do senador Lúcio Alcântara para a elaboração do relatório sobre as propostas de emenda constitucional que visam instituir o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O assunto será debatido pela Comissão de Justiça na quarta-feira.

PÁGINA 4



Nabor aponta desinformação quanto à atividade parlamentar

PÁGINA 7

CCJ analisa projeto que institui regime celetista para servidor

Na reunião de amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado examina também proposta que disciplina o pagamento de precatórios



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para analisar projeto de lei de autoria do Poder Executivo que possibilita a adoção do regime celetista para muitas das atividades do serviço público federal. O projeto também permite ao governo demitir se houver necessidade de redução de seu quadro de pessoal por excesso de despesa. Outro item na pauta da CCJ é uma proposta de emenda constitucional (PEC) de iniciativa da Câmara que disciplina o pagamento de precatórios.

PÁGINA 3

COMISSÃO DE ORÇAMENTO VOTA GASTOS DO GOVERNO COM JUROS

A Comissão Mista de Orçamento deve votar na quarta-feira o sub-relatório que estabelece o gasto governamental com juros previsto no orçamento deste ano. Somando todos os encargos da dívida pública federal, a União gastará até dezembro R\$ 78,1 bilhões.

PÁGINA 3

Plenário aprecia acordo sobre extradição

PÁGINA 3

Cândido propõe jornada de sete horas

Senador apresenta proposta reduzindo carga de trabalho diária porque, segundo ele, recuperação da economia não será suficiente para combater eficazmente o desemprego

Motivado pelo alto índice de desemprego, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto de lei que diminui a jornada de trabalho para sete horas diárias, somando 35 horas semanais. "Não custa lembrar que o índice de desemprego, segundo as pesquisas do Dieese, tem chegado a cifras



Cândido: Dieese aponta desemprego perto dos 20%

alarmantes, em torno de 20% da população econômica ativa. O combate ao desemprego é, portanto, uma peça indispensável de qualquer programa que vise reduzir a tragédia da pobreza e da desigualdade de renda em nosso país", afirmou o senador.

Para Geraldo Cândido, não é difícil combater o desemprego de forma eficaz, pois as causas já são bem conhecidas. Segundo ele, crescimento do desemprego no Brasil foi provocado pelo aumento da produtividade ocorrido nas últimas décadas desacompanhado do aumento correspondente na capacidade de consumo da população. "Os dois fatores constituem um fenômeno mundial, mas no Brasil o aumento de produtividade proporcionalmente menor foi agravado por um crescimento ainda menor da capacidade de consumo, devido a décadas de arrocho salarial e ao agravamento da desigualdade na distribuição de renda", explicou.

Segundo o senador, com este quadro, o crescimento da economia, por si só, não resolve o problema do desemprego, mas a redução da jornada de trabalho pode ser uma medida eficaz. Geraldo Cândido assinalou que os aumentos de produtividade não devem ser apropriados apenas pelos empregadores, pois o progresso científico e tecnológico é uma conquista de toda a humanidade e não um patrimônio de apenas uma parte dela:

— Em todo o mundo, a luta pela redução da jornada de trabalho tem como palavra de ordem "trabalhar menos para que todos possam trabalhar" — registrou o senador.

Rocha quer proteger do desemprego trabalhadores do açaí e da castanha

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que concede seguro-desemprego aos trabalhadores extrativistas e beneficiários do açaí e da castanha do Brasil. De acordo com a proposta, somente terá direito ao benefício o trabalhador que exercer a atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

O projeto do senador pelo Amapá exige ainda do trabalhador do açaí e da castanha do Brasil, para que tenha direito ao seguro-desemprego, que esteja filiado a uma cooperativa especificamente voltada para o exercício de atividades de extrativismo ou benefi-

ciamento dos produtos. Ele também deverá comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias referentes ao período da safra.

De acordo com o projeto de Sebastião Rocha, o seguro-desemprego será pago no período de entressafra, definido anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama):

— Definida a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores do extrativismo e beneficiamento do açaí e



Rocha: apoio ao desenvolvimento sustentável do Norte

da castanha, estaremos fornecendo um elemento adicional no processo de desenvolvimento sustentável da região Norte, além de evitar que o trabalhador seja forçado a causar danos à natureza na busca da sobrevivência — argumentou Sebastião Rocha.

Para o senador do Amapá, uma presença maior das políticas sociais do governo na Amazônia é fundamental para manter o homem naquela região e compensar as deficiências nos serviços públicos prestados aos cidadãos que lá se mantêm. Ele lembrou que o custo social de um trabalhador expulso do meio rural, pela falta de condições para se manter, é maior do que o custo da concessão do seguro-desemprego.

Calheiros critica falta de rigor no trânsito brasileiro

"A indulgência dos agentes do sistema nacional de trânsito é uma ameaça perigosa à eficácia da legislação", afirmou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ao criticar o afrouxamento da aplicação do Código de Trânsito Brasileiro, que completou dois anos de vigência no sábado passado.

O senador baseou suas críticas na análise dos números relativos a infrações de trânsito nos últimos dois anos, informando que enquanto foram suspensas 3.500 habilitações em 98, e outros 19 mil processos estavam em andamento, em 99 foram suspensas 2.300 habilitações, de um total de 150 mil condutores que ultrapassaram os 20 pontos.

Destacando que apenas 1,5% dos infratores perderam, temporariamente,



Calheiros: só 1,5% dos infratores perderam suas habilitações

o direito de dirigir, Renan Calheiros disse que esses dados "entristecem o país e apontam para a contramão da cidadania e o retorno da selvageria sobre rodas". Ele lembrou, por outro lado, que no primeiro ano de vigência do código seis mil vidas foram poupadas, representando uma queda de 25% no número de mortes em relação ao ano anterior.

Os acidentes foram reduzidos em 70 mil, uma queda de 22%, e o número de feridos em 83 mil, uma queda de 26%. "Se a dor de milhares de famílias for pouco, consideremos o volume de investimentos públicos em assistência médica e gastos previdenciários", disse o senador.

Renan Calheiros afirmou que a experiência mundial e a incipiente legislação brasileira "evidenciam que

a barbárie no trânsito só é resolvida com regras permanentemente rígidas e multas significativas". Ele criticou, no entanto, a multa pela multa, para aumentar a arrecadação, e enfatizou o seu caráter pedagógico.

Ao registrar que 16 estados brasileiros não aplicam punição de suspensão de habilitação, o senador disse que "a desorganização, a incompetência, a má vontade ou a simples resistência à fiel aplicação do código merecem atitudes enérgicas e imediatas dos governos estaduais e federal". A tolerância e a inércia "ameaçam vidas e contribuem para a desmoralização do código", frisou o senador.

Renan Calheiros disse que o governo tem ainda o compromisso de implantar todo o código e reconheceu que ainda falta regulamentar diversos artigos, que estão "patinando em discussões estéreis", entre elas a câmara de compensação de multas, a inspeção veicular, as aulas de trânsito no ensino fundamental, a utilização dos bafômetros, a política de pontos e a padronização das lombadas. Ele insistiu, no entanto, em sua aplicação.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 5/99, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Refêns, concluída em Nova York, em 18.12.79; *PDL nº 15/99, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25.06.96; e *Requerimento nº 11/2000, do senador Jader Barbalho, solicitando a audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para o PLC nº 60/99 (PL nº 3.808/97, na Casa de origem), que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações — Fust.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 123/99, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Brasil e a Rússia; *PDL 225/99, que aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10.12.82, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluído em Nova York; *Requerimento nº 6/2000, senador Ney Suassuna, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63/99-complementar (PLP nº 10/99, na Casa de origem), de iniciativa do presidente da República, que dispõe sobre o regime de Previdência Complementar, além das comissões constantes do despacho inicial, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Reunião para apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Setorial da Área Temática II — Justiça e Defesa e apreciação dos demais Relatórios Setoriais do Orçamento para 2000 (Projeto de Lei nº 20/99 — CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 57/99, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências; e *PEC nº 90/99, que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal (precatórios). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PEC nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e *PEC nº 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Edson de Almeida

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Jader Barbalho quer debater o projeto que cria o Fundo de Universalização das Telecomunicações

Plenário vota acordo sobre extradição de seqüestradores

O Senado vota amanhã a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, assinada em Nova York em 1979. O texto inclui nos tratados sobre extradição de criminosos os envolvidos em seqüestros. O Plenário também delibera sobre Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinado entre o Brasil e a Argentina.

Também na terça, o Senado aprecia requerimento em que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) solicita audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para o projeto que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O projeto prevê a aplicação de recursos na instalação de serviços de telefonia e de transmissão de dados (Internet) em comunidades carentes e do interior, conforme determina a Lei 9.472, que trata da privatização do sistema Telebrás.

Quarta-feira, o Plenário vota Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado em 1997 entre o Brasil e a Rússia. Vota também o texto do Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre a Conservação e Ordenamento de

Populações de Peixes Tranzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios.

Quinta-feira, o Senado inicia o segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, fixando uma escala para os subsídios dos vereadores conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Em primeiro turno, a PEC foi aprovada com 70 votos favoráveis, quatro contrários e três abstenções. Antes de ser votada em segundo turno, ficará na pauta três dias para discussão.

O texto estabelece que o total da despesa do legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita: 8% nas cidades de até 100 mil habitantes; 7% nas cidades de até 300 mil habitantes; 6% nas cidades de até 500 mil habitantes; e 5% nas cidades com população acima de 500 mil habitantes.

A proposta também exige que o legislativo municipal não gaste mais de 70% de sua despesa com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores.

CRE examina indicações para três cargos diplomáticos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se amanhã, às 17h30, para apreciar a indicação de três embaixadores brasileiros no continente africano.

Primeiramente, a comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), analisa a indicação de Isnard Penha Brasil

Júnior para o cargo de embaixador junto à Argélia.

Na mesma reunião, a CRE aprecia também a indicação de Joaquim Luis Cardoso Palmeiro para a representação na Líbia, e de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges para a embaixada na Gâmbia.

CCJ analisa adoção do regime celetista no serviço público

Comissão também apreciará proposta de emenda constitucional que altera as regras para o pagamento de precatórios

Projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que tem como objetivo possibilitar a adoção do modelo celetista para muitas das atividades do serviço público federal, é um dos dois itens da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevista para ser realizada amanhã, às 10 horas. O outro é uma proposta de emenda constitucional (PEC), de iniciativa da Câmara dos Deputados, que trata do pagamento dos precatórios.

Com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto do Executivo determina que o pessoal admitido no emprego público terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também disciplina, no serviço público federal, o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

A proposta do Executivo determina que a contratação de pessoal para emprego público deverá



Romeu Tuma apresentou parecer favorável ao projeto que permite contratar os servidores pela CLT

ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego. Por outro lado, estabelece critérios para a rescisão do contrato de trabalho de forma unilateral pela administração pública.

Se a lei entrar em vigor, poderão ser demitidos de forma unilateral os funcionários que cometerem falta grave, acumularem ilegalmente cargos, empregos ou

funções públicas ou tiverem desempenho insuficiente. O governo também poderá demitir se houver necessidade de redução do seu quadro de pessoal por excesso de despesa. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), havia concedido vista coletiva da matéria por 72 horas, na última reunião da comissão.

PRECATÓRIOS

Já a PEC determina a obrigatoriedade de inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado. Os precatórios judiciais apresentados até 1º de julho terão que ser pagos até o final do exercício seguinte, com seus valores atualizados monetariamente.

Também fica determinado que os créditos de natureza alimentícia serão liquidados em 90 dias, contados da intimação judicial, até o limite fixado em lei. O relator da matéria é o senador Edison Lobão (PFL-MA).

Governo prevê gastar com juros neste ano R\$ 78,1 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento deve votar na próxima quarta-feira o sub-relatório que estabelece o montante de gastos governamentais previsto no Orçamento federal deste ano para o pagamento de juros.

Somando todos os encargos da dívida pública federal, a União gastará até dezembro um total de R\$ 78,1 bilhões. Descontando o que o governo recebe em juros, seja de empréstimos concedidos, refinanciamento de dívidas estaduais e remuneração de títulos parados no Banco Central, a conta líquida estimada pela equipe econômica será de R\$ 25,8 bilhões.

O gasto com juros reais ficará acima do valor destinado a toda a área de saúde (R\$ 19,6 bilhões) ou o dobro dos recursos orçados para a educação (R\$ 12,4 bilhões).

O sub-relator da área temática "Fazenda e Desenvolvimento", deputado Freire Júnior (PMDB-TO), afirma que a previsão de se gastar em termos líquidos R\$ 25,8 bilhões é muito otimista e parte do princí-

pio de que tudo correrá muito bem na área econômica neste ano. Ele considera otimista a taxa real média de juros da dívida pública, prevista em "apenas 6,9% no ano".

Outro ponto sobre o qual o sub-relator também manifesta dúvidas refere-se à amortização de uma parte do estoque da dívida pública, com destaque para os R\$ 20,3 bilhões provenientes das privatizações.

Freire Júnior lembra ainda que, no ano passado, o governo federal gastou em juros reais R\$ 73,2 bilhões. Ou seja, prevê-se uma queda no pagamento de encargos financeiros de quase 65%.

Amanhã à tarde, os membros da Comissão Mista de Orçamento votarão os destaques de emendas apresentados ao sub-relatório sobre "Justiça e Defesa". Esta parte do

Orçamento foi aprovada na última quinta-feira e destina R\$ 22,4 bilhões aos ministérios da Justiça e da Defesa. Após a votação dos destaques, começará a discussão do sub-relatório "Fazenda e Desenvolvimento",

que contém as previsões sobre juros. Mas a votação só deve ocorrer na manhã de quarta-feira.

O sub-relatório "Fazenda e Desenvolvimento" engloba os gastos do Ministério da Fazenda (inclusive Banco Central), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria

e Comércio Exterior e os "Encargos Financeiros da União" (dívida pública e juros). Conforme a proposta de Orçamento, o estoque da dívida pública do Tesouro Nacional chegará ao final deste ano em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior.

O estoque da dívida pública do Tesouro Nacional chegará a R\$ 553,7 bilhões até o fim de 2000, estima projeto de lei orçamentária

Alcântara busca consenso sobre fundo contra fome

Meta do senador para a elaboração do relatório é incluir os pontos comuns às propostas de emenda constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. CCJ debate o assunto na quarta-feira

O máximo de consenso possível é a meta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para a elaboração do relatório sobre as propostas de emenda constitucional (PECs) que visam instituir o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O assunto será debatido na quarta-feira pelos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tramitam atualmente a PEC nº 67, de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e outra encaminhada pela Comissão Mista Especial para Combate e Erradicação da Miséria, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Lúcio Alcântara apresentou à CCJ um relatório na semana passada. No entanto, o presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), concedeu vista coletiva aos integrantes da CCJ para um reestudo do tema. Lúcio Alcântara prevê modificações no relatório, a partir das negociações com os partidos e com o governo federal. Na reunião que se seguiu à vista coletiva, o senador pelo Ceará pediu o trâmite separado das duas matérias, que haviam sido pensadas. Ano passado, a proposta de Antonio Carlos foi sobrestada para que pudesse tramitar conjuntamente à PEC da comissão mista, por tratarem do mesmo assunto.

O relator adiantou à Agência Senado que pretende manter na Constituição apenas o que for



Lúcio Alcântara (foto menor) pretende deixar regulamentações menores fora do texto de seu substitutivo, que ainda será analisado pela CCJ

consenso, deixando as regulamentações menores para serem definidas em lei:

– Não é preciso descer a tantos detalhes – antecipou Lúcio Alcântara.

O principal problema são as fon-

tes de financiamento (*ver quadro comparativo*) do fundo, que têm motivado a maioria das conversas com o Ministério da Fazenda. A PEC 67 aponta, como fonte de receita para metade dos R\$ 7 bilhões que pretende arrecadar, 10% dos recursos do Fundo de Estabilização Fiscal, que desvincula verbas do Orçamento para livre utilização pelo governo federal.

No relatório que foi apresentado, o senador argumenta que os recursos para o fundo representam um “corte significativo” no Orçamento do Poder Executivo, que “poderá reagir com a tentativa de aplicar o corte correspondente apenas sobre a área social”, que, assim, ganharia de

um lado e perderia de outro.

Já a proposta originada na comissão mista para erradicar a pobreza aposta na manutenção da alíquota da CPMF em 0,38% para financiar o fundo, embora sem quantificar esses valores.

SUBSTITUTIVO

Pela Emenda Constitucional nº 21, que prorrogou a CPMF por 36 meses, sua alíquota seria de 0,38% nos 12 primeiros meses. Nos 24 meses seguintes, seria reduzida para 0,3%. A proposta da comissão mista cria uma nova alíquota de 0,08% a ser cobrada sobre as movimentações financeiras a partir de 18 de junho deste ano – quando a CPMF seria reduzida – até o prazo final

de existência do fundo, em 17 de junho de 2010.

No substitutivo apresentado previamente à CCJ, que ainda será modificado, Lúcio Alcântara incorporava, como fonte de recursos, a alíquota de 0,08% proposta pela comissão mista. Das propostas da comissão, também acatou a criação de fundos estaduais e municipais, assim como as formas de financiamento propostas.

Entre as sugestões da comissão mista presentes no substitutivo retirado por Alcântara está a receita de 20% dos recursos de incentivos fiscais a partir da data prevista para sua extinção ou redução. Da mesma forma, o relator optou pela alíquota de 5% adicional ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de produtos supérfluos, fumo e derivados e bebidas alcoólicas. Na proposta de Antonio Carlos Magalhães, esta alíquota adicional era de 10%.

Da proposta do presidente do Senado Federal, o relator excluiu os 10% oriundos do FEF, porém manteve inalteradas as receitas de 2% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); 3% sobre o Imposto de Importação; 20% dos recursos do PIS/Pasep destinados ao BNDES; 1%, até o limite de R\$ 100 mil, sobre o faturamento das empresas superior a R\$ 1 milhão por mês; e a contribuição voluntária dedutível do Imposto de Renda.

PROPOSTAS DE COMBATE À POBREZA

	ACM	COMISSÃO MISTA	
Financiamento	10% do FEF 2% do IOF 3% do II 1% do IR dos estados 1% do IR dos municípios com mais de meio milhão de habitantes 20% da Receita do PIS/Pasep destinada ao BNDES 1% sobre o faturamento superior a 1 milhão de pessoas jurídicas, até o limite de R\$ 100 mil	contribuições voluntárias dedutíveis do IR 10% adicionais sobre IPI de produtos supérfluos e luxuosos 10% adicionais sobre ICMS e ISS de serviços supérfluos e luxuosos 10% adicionais sobre IPI de tabaco e bebidas alcoólicas 10% dos recursos do Sebrae 1% das movimentações das contas CC-5	0,08% sobre as movimentações financeiras 5% adicionais sobre o IPI de supérfluos 5% adicionais sobre o IPI de fumo e derivados 5% adicionais sobre IPI de bebidas alcoólicas dotações orçamentárias imposto sobre Grandes Fortunas (ainda a ser definido em lei complementar) 20% de incentivos fiscais a partir da data da extinção ou redução destes contribuições e doações de qualquer natureza
Gestão	A ser regulamentada em lei complementar		
Destinação dos recursos	"Ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros"		
Vinculação dos recursos	A ser definida		
Fundos Estaduais	Não prevê		
Fundos Municipais	Não prevê		
Fundo Distrital	Não prevê		
	Cria o Conselho Nacional de Solidariedade, composto de 12 membros nomeados pelo presidente da República, sendo pelo menos seis da sociedade civil		
	"Ações que visem reduzir a exclusão social, a melhoria da distribuição da renda e da qualidade de vida da população pobre do país"		
	Três quartos serão aplicados em programas de transferência de renda e de segurança alimentar a famílias pobres; o restante será destinado ao funcionamento de creches, programas de moradia e de geração de renda e emprego		
	Faculta aos estados sua criação e prevê seu financiamento com adicional de até 2% ao ICMS		
	Possibilita aos municípios a criação dos fundos municipais, que seriam financiados com adicional de até 0,5% ao ISS		
	O Distrito Federal poderá criar seu fundo que será financiado com adicional de até 2% ao ICMS e até 0,5% ao ISS		

Abreviaturas: FEF: Fundo de Estabilização Fiscal; IOF: Imposto sobre Operações Financeiras; II: Imposto sobre Importação; IR: Imposto de Renda; PIS: Programa de Integração Social; Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados; ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; ISS: Imposto sobre Serviços; Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa; CC-5: Carta Circular Número 5 do Banco Central, que autorizou remessa de dinheiro ao exterior por contas bancárias de pessoas não residentes no Brasil.

Suplicy quer ampliação de programas federais contra trabalho infantil

Para ele, saída é coordenação eficiente de projetos de renda mínima ligados à educação

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu, na sexta-feira, que o governo promova uma coordenação mais eficiente e a ampliação dos programas de renda mínima ligados à educação. Ele fez esse apelo ao comentar a assinatura de duas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) destinadas ao combate ao trabalho infantil, feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na quinta-feira:

— Por que não avançar com muito mais rapidez? — questionou Suplicy, revelando que gostaria de dialogar com o presidente sobre o assunto e que poderá ter essa oportunidade na reunião que a comissão especial mista encarregada de estudar soluções para o combate à pobreza, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), terá com Fernando Henrique para discutir o relatório final.

Suplicy lembrou que, na solenidade para a assinatura das convenções, o presidente anunciou a ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), segundo o qual famílias com filhos em idade escolar recebem R\$ 40 por criança, na cidade, e R\$ 25, no campo. Alguns desses programas, disse, já foram iniciados entre cri-

anças que trabalham como carvoeiros em Mato Grosso do Sul, canavieiros em Pernambuco e no Maranhão e sisaleiros na Bahia:

— É importante que haja coordenação adequada de esforços do Executivo e do Parlamento porque temos diversos programas — afirmou Suplicy, ao citar a lei que autoriza o governo federal a dar apoio financeiro aos municípios que adotarem programas de garantia de renda mínima.

Na avaliação do senador, os dois programas têm objetivos semelhantes, apontando para um esforço de fazer com que meninos e meninas abandonem o trabalho e freqüentem a escola. Ele observou, no entanto, que a fórmula para cálculo do benefício é restrita, e lembrou que o Senado já modificou o formato original, ao aprovar projeto de lei de sua autoria que aumenta o valor do benefício.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) considerou a assinatura das convenções da OIT mais um passo do governo para evitar o trabalho infantil. Segundo ele, entre 1995 e 2000, o Peti multiplicou por 100 vezes o atendimento às famílias que têm crianças trabalhando. Esse atendimento alcançará, neste ano, mais de 20 mil crianças, informou.



Suplicy: coordenação de esforços entre Executivo e Legislativo

Senador cita exemplo de falta de liberdade econômica

Ao agradecer o livro do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, apresentado a ele pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou, em plenário, passagem da obra do economista indiano que prega a liberdade econômica.

Segundo o senador, Sen relata no livro episódio que o impressionou ainda criança, quando um homem, sangrando, por ter sido esfaqueado nas costas, entrou em sua casa. Sen, continuou Suplicy, deu água à pessoa e pediu socorro aos adultos.

Apesar de sua mulher ter pedido para que evitasse trabalhar em um local em que havia conflito entre

hindus e muçulmanos, esse homem, narrou Suplicy citando a história do Prêmio Nobel, justificou que, apesar da preocupação, precisava sustentar mulher e filhos:

— Levado ao hospital, veio a falecer. A cena impressionou o autor, que a tomou como exemplo: quando a pessoa não tem condição alguma de sobrevivência acaba se sujeitando a uma situação em que pode acabar perdendo a vida. Isso se chama de falta de liberdade econômica. Essa passagem fundamenta a necessidade de uma garantia de renda mínima para assegurar maior liberdade econômica e social para as pessoas — declarou o senador.

Jonas Pinheiro pede liberação de recursos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao governo a imediata liberação de recursos destinados aos projetos de assentamento no estado de Mato Grosso, no valor de R\$ 68 milhões. Segundo informou, mais de dez mil famílias de colonos estão “em situação desesperadora”, aguardando os recursos para que possam ser assentadas e dar início ao plantio:

— A não-liberação desses recursos agrava os problemas dos projetos de assentamento, os quais já passam por sé-

rias dificuldades, além de gerar um clima de frustração entre os agricultores, com conseqüentes desgastes para o governo federal — advertiu.

Jonas lembrou que o dinheiro já faz parte do orçamento do Incri de Mato Grosso e dis-



Jonas Pinheiro: não-liberação agrava problemas

se que as famílias estão acampadas em frente às agências do Banco do Brasil e de várias prefeituras, como forma de pressionar o governo para que libere de imediato os recursos disponíveis para mais de 110 assentamentos.

Apesar de acreditar que Fernando Henrique Cardoso, em cinco anos, tem trabalhado mais pela reforma agrária do que os governos nos últimos 30 anos, o senador entende que a simples distribuição de terras não resolve o problema do campo brasileiro.

PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os legislativos municipais	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada em primeiro turno. Volta ao plenário dia 27/01 para o primeiro dia de discussão em segundo turno.
PEC 67/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	A matéria será apreciada em 26/01 na CCJ.
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	Aguarda parecer na CCJ
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais	Edison Lobão (PFL-MA)	Sua apreciação foi adiada em reunião da CCJ, dia 20/01, para esperar audiência pública proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares
PEC 96/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	A matéria será apreciada em 26/01 na CCJ
PLS 614/99 (em conjunto com PLS 292/99 e 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição; regulamenta transporte e porte de armas de fogo	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL) na CCJ	Relator na CRE apresentou substitutivo. Realizada audiência pública em 13/01
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada terminativamente na CCJ e encaminhada ao plenário para leitura do parecer
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Aguarda pareceres na CE, na CAE e na CCJ
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aguarda parecer na CCJ. Concedida vista coletiva por 72 horas, em reunião da CCJ, em 20/01, volta a ser examinada em 25/01
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	O prazo para recebimento de emendas perante a Mesa Diretora vai até 25/01
PLC 63/99	Dispõe sobre o regime de previdência complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), na CCJ; aguarda nomeação de relator na CAS	Aguarda pareceres na CAE e CCJ. Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou apreciação da matéria na CAE
PLC 1/2000	Dispõe sobre as relações entre União, estados, Distrito Federal e municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	Ainda sem relator designado	Aguarda relator na CAS e CCJ. A matéria aguarda votação de requerimento do senador Ney Suassuna, solicitando também o exame pela CAE

OBS.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.



Luzia sugere que instituições que prestam assistência à mulher sejam incluídas na lei

Luzia quer ampliar lei do trabalho voluntário

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto modificando a lei que trata do trabalho voluntário para permitir que as instituições que prestam assistência à mulher também possam utilizar esse tipo de serviço. Ela argumentou que a lei, que considera bastante restritiva, não abrange áreas de reconhecida importância, onde atuam organizações não-governamentais:

– Esse é o caso das associações civis que trabalham com as questões de gênero, particularmente as que prestam assessoramento jurídico, orientação e assistência psicológica às mulheres vítimas de violência e de violação dos direitos humanos – explicou a senadora.

Luzia Toledo assinalou que o combate à violência contra a mulher tem sido uma preocupação constante das autoridades públicas e citou como exemplo a criação das delegacias especiais de atendimento à mulher, que já somam 260 em todo o país. Além disso, continuou a senadora, ainda há todo um conjunto de necessidades próprias das mulheres vítimas de violência que não são observadas pelas delegacias. A senadora explicou que essas necessidades têm sido providenciadas por associações civis que sobrevivem graças ao serviço voluntário, mas que não se enquadram na legislação em vigor.

Lauro afirma que injustiças provocam violência no país

Na opinião do senador, debates sobre o assunto não têm abordado aquelas que são as verdadeiras causas da criminalidade no Brasil

Ao antecipar, da tribuna do Senado, o voto contrário que pretende dar amanhã ao projeto que estabelece a proibição da venda de armas de fogo, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que os debates sobre o assunto têm sido muito pragmáticos e não atacam as verdadeiras causas da violência.

Lauro Campos propôs que, ao invés de aprovar uma lei “bem intencionada”, o Congresso deveria abordar outros aspectos que envolvem a violência e a sua proliferação na sociedade brasileira, como “as péssimas condições de vida da população”.

O senador reportou-se ao ponto de vista de importantes pensadores e estudiosos do comportamento humano, como Freud e Malthus. Para ele, ao contrário do que afirmam as conclusões do primeiro, que considera a violência um traço próprio à condição humana, a agressividade e a vio-



Lauro: violência é resultado da disputa pela propriedade e da luta por comida

lência resultam da disputa pela propriedade e da luta pela comida e são agravadas pelo individualismo e a competição capitalistas.

Neste sentido, o senador lembrou que a realidade brasileira é um exemplo de como a violência entre as pessoas tende a crescer na proporção

em que as condições de vida da população pioram. Um exemplo disso, entende Lauro Campos, são os 5.705 assassinatos que foram registrados ano passado em São Paulo. “Isso corresponde a quatro vezes o número de vítimas em Kosovo”, afirmou. Para o senador, o Brasil vive uma espécie de guerra civil em sua luta cotidiana pela sobrevivência:

– Ela (*a guerra civil*) está nos morros, nos semáforos e na atitude da burguesia que, tentando ignorar o estrago social causado pela atual política econômica, escapa de helicóptero e se refugia em mansões cercadas e protegidas por muros, guardas e cães – disse.

Lauro Campos também responsabilizou o golpe militar de 1964 pela desestruturação política do país, “o que acabou por jogar os menos favorecidos para a marginalidade, onde a disputa pelas oportunidades atingiram níveis intoleráveis”.

Maria do Carmo culpa as desigualdades

Uma “verdadeira catástrofe”. No entender da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), esta é a definição para o quadro de violência que marca a sociedade brasileira e que, nos últimos dez anos, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, matou 350 mil pessoas, com uma média anual de 35 mil vítimas. A senadora apontou, em pronunciamento, as desigualdades sociais como responsáveis por essa “tragédia”.

Maria do Carmo ressaltou que é importante o desarmamento da população, para observar que “a agressão humana não está na arma em si, mas na cabeça e no espírito do homem”. Ela disse que o país é campeão mundial de impunidade, concentração de renda, desigualdades sociais e regionais. No seu entender, essas desigualdades estão na raiz da escalada da violência. Baseada em pesquisa da

Fundação Getúlio Vargas, a senadora acrescentou que a pobreza em si não é o principal estímulo da violência:

– O Nordeste tem 30% da população e metade dos pobres do país, e as populações mais pobres da região são as menos violentas – afirmou.

Maria do Carmo Alves manifestou preocupação com o projeto que proíbe a venda e o porte de armas:

– Como resolver o problema do desarmamento da população sem correr o risco de deixar o cidadão comum, o cidadão honesto, trabalhador, sem possibilidade de defender sua família, quando se sabe que o bandido sempre encontrará um jeito de conseguir sua arma? – questionou.

Na sua avaliação, é preciso diminuir as desigualdades sociais e desenvolver programas com grande potencial de geração de empregos, bem como proporcionar melhores equipamentos

e condições de trabalho à polícia. Ao concluir, Maria do Carmo disse que a sociedade brasileira precisa trocar, urgentemente, a “onda de violência por uma nova onda, a onda da solidariedade e da fraternidade”.



Maria do Carmo: a pobreza em si não é a principal causa da violência



João Alberto lembrou que o uso abusivo do álcool traz vários problemas sociais

João Alberto alerta para uso de álcool entre jovens

Ao comentar o aumento, em Brasília, de 20% nas vendas de bebidas alcoólicas em dezembro passado em comparação com o mesmo mês de 1998, o senador João Alberto (PMDB-MA) disse que é fundamental e inadiável que o governo e a sociedade considerem com profundidade o problema do consumo de álcool entre jovens e adultos e a propaganda destes produtos nos meios de comunicação de massa.

A preocupação maior do senador é com a queda da faixa etária em que começa o consumo de bebidas alcoólicas. Ele citou pesquisa realizada pela pedagoga e escritora Tânia Zagury para informar que há alguns anos as primeiras experiências aconteciam entre 14 e 18 anos de idade, quando hoje ocorrem entre os dez e os 12 anos.

Outra pesquisa citada por João Alberto, realizada pelo Centro Brasileiro de Informações Psicótropicas em 1997, em dez capitais brasileiras, constatou que um terço dos jovens indagados tiveram a primeira experiência com bebida alcoólica em suas próprias casas e em boa parte incentivados pelos pais, especialmente os meninos. De acordo com o senador, metade dos entrevistados confessou que tinha entre dez e 12 anos de idade na primeira vez e 30% destes beberam até à embriaguez.

– Ainda persiste um certo preconceito em relação ao alcoolismo, o de que o alcoólatra é o pobre que bebe para esquecer os problemas, ludibriar a fome e afastar a tristeza da falta de perspectivas de vida. A Organização Mundial de Saúde, no entanto, classifica o alcoolismo como doença crônica, progressiva e potencialmente fatal – alertou.

João Alberto lembrou que o alcoolismo é uma doença que traz repercussões graves no organismo, como comprometimento do sistema nervoso, do trato digestivo e do aparelho cardiocirculatório. No campo psíquico, prosseguiu o senador, ficam comprometidas as funções da memória, da percepção e da capacidade crítica.



Eduardo Siqueira Campos culpou a burocracia governamental pelo atraso na escola

Eduardo pede escola técnica em Palmas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu o fim dos entraves burocráticos que, na sua opinião, impedem que a Escola Técnica Federal de Palmas inicie seu funcionamento. “O povo brasileiro está cansado de ver obras inacabadas, onde os recursos públicos não geram frutos, por isso solicito ao ministro Paulo Renato que faça justiça aos reclamos do povo do Tocantins e viabilize o funcionamento dessa escola”, pediu.

Eduardo lamentou que os investimentos públicos da União sejam canalizados com prioridade para o de-

envolvimento concentrado das regiões Sul e Sudeste ou para o atendimento de encargos financeiros do país. “Estamos enredados cada vez mais no circuito da economia especulativa e da globalidade, sem que seja assumida com a mesma vontade a responsabilidade de saldar as dívidas do Brasil para com o povo brasileiro.”

Referindo-se às potencialidades de que dispõe o país para alavancar seu crescimento, ele censurou a burocracia governamental por não ser capaz de viabilizar um projeto que tem o apoio do próprio ministro da Educa-

ção. E informou que a construção dessa Escola Técnica se prolonga há cinco anos e inquieta o povo tocantinense, que já se sente discriminado por ser o único da federação a não possuir universidade federal.

Na opinião do senador, todo o esforço de desenvolvimento do Estado ameaça ser estrangulado pela absoluta carência de formação de mão-de-obra técnica. “A falta de providências tecno-burocráticas ameaça transformar aquela obra em mais um elefante branco, um prédio vazio de equipamento, de objetivo e de gente”, criticou.

Relator da Subcomissão do Cinema participa de mostra em Tiradentes

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou na sexta-feira ao Plenário que representará a Subcomissão Especial do Cinema Brasileiro, da qual é relator, na 3ª Mostra do Cinema de Tiradentes (MG). O evento, que teve início na sexta-feira e se encerra no próximo sábado (dia 29), abre o calendário anual de eventos audiovisuais do país.

Durante o encontro serão exibidos 29 longas, 42 curta-metragens e 39 vídeos, além do clássico de Glauber Rocha *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e mais cinco filmes de vários autores que melhor representam a cinematografia nacional. Os filmes e vídeos participantes do festival foram selecionados por 36 críticos e especialistas, segundo o senador.

Francelino Pereira referiu-se, também, à grande repercussão na mídia de todo o país das atividades da Subcomissão do Cinema Brasileiro, instalada em junho de 1999 no âmbito da Comissão de



Francelino Pereira afirma que Senado presta apoio institucional ao cinema

Educação, com o objetivo de propor soluções para os problemas do cinema brasileiro.

A subcomissão, afirmou o senador, “coloca o Senado Federal no drama e nos meandros do cinema, tomando conhecimento do que se passa nos vários estados e pólos de atividade, e se dispendo a prestar apoio institucional para a solução de problemas sabidamente recorrentes e complexos”.

Suplicy cobra apuração de acusações a senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu providências para que a Comissão de Ética do Senado examine as acusações de falta de decoro parlamentar contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentadas pelos partidos de oposição. Suplicy fez o pedido a propósito do discurso em que o deputado Caio Riela (PTB-RS) apontou “omissão” do Senado em relação ao processo contra Estevão. O senador petista lamentou que tenha

surgido na Câmara movimento destinado a censurar o discurso de Riela.

— A Câmara não deve censurar o discurso. E o Senado deve fazer exame responsável das acusações ao senador Luiz Estevão — disse Suplicy.

Como presidente da sessão no momento do pronunciamento de Suplicy, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou “injustas” as críticas dirigidas ao Senado pelo deputado do PTB.

Nabor: imprensa promove onda de acusações gratuitas

Senador solicita transcrição de artigo de Tereza Cruvinel em *O Globo* e afirma que recesso do Congresso não é sinônimo de ociosidade

Com raras e louváveis exceções, a imprensa promove uma “onda de acusações gratuitas, maldosas e irresponsáveis” sobre questões como recesso parlamentar, pagamento de subsídios e convocação extraordinária do Congresso Nacional, conforme disse sexta-feira o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Entre as exceções, ele referiu-se à jornalista Tereza Cruvinel, cujo artigo “Chega de fingir”, publicado quinta-feira em *O Globo*, será inserido nos Anais da Casa a pedido do senador. Nabor solicitou também a transcrição de artigo de sua autoria publicado no jornal *A Gazeta*, do Acre, intitulado “O lobo e a convocação”.

O recesso do Congresso não é sinônimo de ociosidade, como publica a grande imprensa, enfatizou o senador. É o período de “procurar os eleitores, ouvir suas queixas e críticas, prestar contas dos votos e atitudes no desempenho do mandato”, além de recolher suas opiniões, necessidades e aspirações, observou

— Senadores e deputados, sendo representantes, representam (como diria o Conselheiro Acácio) quem os elegeu, disse, lembrando que Tereza Cruvinel também reconhece, em seu artigo, que “quem montar praça em Brasília e esquecer as bases perderá mesmo os votos e a própria condição de representar os eleitores”.



Nabor Júnior: jornalistas que mais criticam o Congresso são os que recebem os maiores salários

Nabor disse ainda que os parlamentares têm muitas atividades extra-Congresso, tais como audiências nos ministérios para tratar de interesses dos municípios de seus estados, palestras a que são convidados, eventos oficiais no Executivo e Judiciário.

Quanto à convocação, bem além dos “sarcasmos, comentários de honestidade duvidosa, meras opiniões descabidas e sem preocupações com a realidade”, Nabor Júnior afirmou que os parlamentares tiveram seu recesso suspenso por interesse do governo. “O Congresso Nacional está cumprindo mais um período de convocação extraordinária por determinação do presidente da República”, disse, apontando que, mesmo que o presidente não tivesse convocado formalmente os parlamentares, estes teriam o recesso suspenso de qualquer forma,

pois na virada do ano Fernando Henrique Cardoso reeditou dezenas de medidas provisórias, o que obriga o Parlamento, por determinação constitucional, a retomar suas atividades em até cinco dias após a publicação das reedições.

Ainda sobre a convocação extraordinária, Nabor Júnior observou que o Congresso brasileiro é dos que mais trabalham no mundo. “Na França, por exemplo, um projeto de emenda constitucional está sendo analisado há oito anos”, comparou.

Sobre os subsídios parlamentares, Nabor Júnior fez levantamento de gastos e verificou que Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União representam, conjuntamente, menos de 1% do Orçamento da União. Os jornalistas que mais criticam o Congresso são os que recebem os maiores salários, segundo o senador. “E nós não somos só parlamentares, somos também assistentes sociais”, explicou, observando que os congressistas atendem a várias solicitações de ajuda pecuniária.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou que os parlamentos são fundamentais à democracia e confirmou a correção do levantamento feito por Nabor, dizendo que os subsídios dos parlamentares brasileiros são praticamente irrisórios no conjunto das despesas do governo.

Cabral elogia atendimento da Fundação Sarah Kubitschek

Os parlamentares podem estar certos de que o apoio que dão à Fundação Sarah Kubitschek, mantendo no Orçamento da União parte dos recursos necessários ao funcionamento da rede de hospitais instalados por Aloísio Campos da Paz, resulta em excelentes serviços de saúde, que são prestados sem discriminação, afirmou na sexta-feira o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Com fortes dores no braço e após três noites praticamente insone, o senador foi atendido no Sarah, onde só então se verificou que o problema tinha origem numa fratura. “Distanciado de

qualquer preferência, senti-me no Sarah como todos os que lá são atendidos, certo de que podia confiar no tratamento”, disse.

Bernardo Cabral também agradeceu a todos os senadores as manifestações recebidas por seu pronto restabelecimento.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), na presidência dos trabalhos, disse que recebe atendimento no Sarah para tratamento de uma hérnia de disco, doença que adquiriu no uso de jipe quando exercia a função de técnico da Embraer. Gilvam Borges (PMDB-AP) registrou seus agradecimentos a Aloísio Campos da Paz e pediu à



Bernardo Cabral: Sarah oferece atendimento de alta qualidade, sem discriminação

Mesa que dê conhecimento ao presidente da Fundação Sarah das manifestações dos senadores.

do CIDADÃO
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

A VOZ

0800 612211

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Participe!
Não custa nada para você, vale muito para o país.

www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br

Jucá faz apelo por aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Parlamentar se diz “estarecido” com as tentativas de adiar a entrada em vigor da lei, o que ele associa ao interesse de alguns parlamentares em favorecer governadores e prefeitos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo às lideranças do Congresso Nacional e do governo para que não permitam a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ele disse que a lei é um instrumento indispensável para o combate à corrupção e ao desequilíbrio das contas públicas no país e defendeu a aprovação do projeto “ainda durante a convocação extraordinária, inclusive pelo Senado”.

Jucá disse que se sentia “estarecido” com o fato de terem sido apresentadas cerca de 130 emendas ao projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

— E o pior é que em sua maioria essas emendas pretendem flexibilizar o projeto, estendendo o prazo para o início da sua vigência para quatro anos depois da sua aprovação — protestou Jucá.

Segundo o senador, há também emendas que estabelecem o prazo de um ano para a entrada em vigor da nova lei. Para ele, ao defender essas propostas, os parlamentares estão dizendo aos atuais prefeitos candidatos à reeleição “que eles podem roubar à vontade para se reelegerem nas próximas eleições municipais de outubro”.

Jucá disse que havia se inscrito na sessão de sexta para falar sobre outro



Congresso deve aprovar a matéria “ainda durante a convocação”, afirma Jucá

tema, mas ao ver os jornais do dia decidiu mudar seu discurso, advertindo para as denúncias da imprensa. Segundo essas denúncias, conforme o senador, o adiamento para a próxima terça-feira da votação do projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal deveu-se a um forte lobby coordenado pelos atuais prefeitos e governadores.

O senador Romero Jucá frisou que a Lei de Responsabilidade Fiscal poderá contribuir de maneira efetiva para que prefeitos e governadores respeitem o orçamento, punindo severamente todos os deslizes cometidos com os recursos públicos.

Lúdio diz que país está em plena recuperação

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) discursou sexta-feira em plenário para dizer que considera “tranqüila” a situação por que passa o Brasil neste momento. Ele destacou a harmonia entre os responsáveis pela administração do país e observou que o presidente Fernando Henrique Cardoso está tomando medidas para assegurar a manutenção da estabilidade econômica.

Lúdio Coelho lembrou que a estabilização da moeda custou muito sacrifício para a agricultura, setor que, segundo ele, “pagou um tributo à nação”. Na avaliação do senador, depois de chegar ao fundo do poço, o Brasil está agora em franca recuperação, desde que o setor público adotou a disciplina fiscal, rompendo com quase meio século de gastos acima da arrecadação.

Uma das mudanças mais importantes vividas atualmente pelo país, na opinião do senador, é o conjunto de reformas na Constituição, cuja feição inicial era muito “revanchista”, dado que a Carta de 1988 foi elaborada logo



Para Lúdio, a economia está se recuperando enquanto melhora a gestão do setor público

em seguida ao fim do regime militar. Por essa razão, observou, muitos dispositivos constitucionais provocam desequilíbrio. Ele acrescentou que, ao lado da reforma da Constituição, está se dando um redesenho da administração pública e uma melhoria na gestão de governadores e prefeitos.

— Sou um otimista e quero transmitir esse otimismo aos brasileiros, em especial à população do meu estado — concluiu Lúdio Coelho.

Lobão destaca o alto volume de investimentos estrangeiros no Brasil

Os US\$ 30 bilhões que entraram no país em 1999, o maior volume já registrado pelo Banco Central, demonstram a confiança dos investidores estrangeiros no país, disse o senador Edison Lobão (PFL-MA) ao manifestar otimismo quanto ao desempenho da economia brasileira. Mas voltou a alertar que o governo tem o dever soberano de controlar, com energia, a entrada e a saída do capital externo.

Lobão entende que o governo deve ficar atento ao chamado capital temporário, batizado de “capital motel” pela volatilidade da sua incerta permanência no país. Mas mostrou-se satisfeito com a garantia dada pelo presidente Fernando Henrique de que o país não depende mais de recursos especulativos de curto prazo.

A seu ver, é necessária a vinda de capitais, não para comprar fábricas e participar de empreendimentos nacionais já prontos, “mas para investimentos produtivos capazes de gerar empregos e melhorar o padrão de vida do brasileiro”.

Ele lembrou que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) alterou

a orientação traçada e já admite o controle da saída e entrada de capitais como forma de combater crises financeiras, estratégia que, a seu ver, ajudou alguns países a enfrentar crises cambiais. E comentou que essa nova visão por parte do FMI demonstra a necessidade de flexibilização no entendimento da economia no mundo globalizado, mas advertiu que os técnicos brasileiros devem ser ouvidos, “uma vez que conhecem as singularidades nem sempre absorvidas por aqueles que não nasceram e nem vivem no país”.



Edison Lobão cita os US\$ 30 bilhões investidos em 99 como prova de confiança no país

Senador ressalta trabalho desenvolvido pela Receita

Ao comentar as críticas do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) à progressividade dos impostos diretos e à tributação dos chamados bens culturais, o senador Edison Lobão disse que o problema deve-se à normatização tributária. “A Receita Federal não pode afastar-se da lei”, afirmou. De acordo com Lobão, o representante fluminense, apesar de reconhecer o excelente desempenho da Receita Federal no ano passado, “não resistiu aos encantos da crítica”.

Em trecho citado por Lobão, Saturnino afirma que “a arrecadação atingiu cifra recorde em toda a história, superando a marca de 30% do Produto Interno Bruto”. Lobão disse que o resultado é importante e que a Receita e as secretarias de Finanças estaduais e municipais têm méritos no esforço de arrecadar de fontes que antes escapavam por brechas da lei ou por sonegação.

— O nobre senador, impiedoso opositor, sempre se destacou como um crítico severo de passadas administrações tributárias. Assim, suas palavras devem ser consideradas da mais alta importância pelo Executivo — afirmou.

Lobão disse que, apesar de em certa época haver 11 alíquotas para o Imposto de Renda, em vez das três atuais (0%, 15% e 27,5%), não havia justiça fiscal. No que diz respeito ao Imposto de Importação, ele acredita que a finalidade não é arrecadatória, mas de proteção da indústria nacional.

— Por outro lado, a fixação das alíquotas do Imposto de Importação não pode ser feita unilateralmente por qualquer dos países do Mercosul. Feitos esses comentários, creio que deverão restar, da parte do senador Saturnino, tão somente os elogios à atuação do secretário da Receita, Everardo Maciel.

Suplicy pede informações sobre a venda da Embraer

A possível transferência de ações da Embraer a grupos privados estrangeiros, em desacordo com o edital de privatização da empresa (PND-A, de maio de 1994), levou o senador Eduardo Suplicy (PT-AC) a solicitar junto à Mesa do Senado, sexta-feira, informações sobre a situação societária da instituição. O pedido foi feito por meio de questão de ordem e será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Segundo estabelece o edital, aprovada pelo Senado na forma da Resolução 69/94, “a alienação de ações da Embraer a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras fica limitada a 40%”. Ocorre, de acordo com Suplicy, que em dezembro passado foi anunciada a venda de 20% das ações ordinárias (com direito a voto), equivalentes a 10% do capital social, a um grupo de empresas francesas constituído pela Aérospatiale Matra, a Dassault Aviation, a Thompson-CSF e a Snecma.

Na justificativa da questão de ordem, Suplicy menciona também o anúncio de parceria da Embraer com o grupo alemão Liebherr. A divisão da diretoria de produção da empresa brasileira deu origem a uma nova empresa, a Embraer Liebherr Equipamentos S.A., com 51% de participação acionária da Embraer e 49% da Liebherr.

A questão de ordem apresentada por Suplicy traz ainda a seguinte informação: “Um dos controladores da Embraer, a Companhia Bozano, Simonsen, detentora de 20% das ações ordinárias (da ex-estatal), anunciou nesta semana a venda do Banco Bozano, Simonsen, ao Banco Santander, controlado por grupo de origem espanhola, sem que tenha ficado claro, até o momento, se as ações da Embraer foram ou não transferidas ao grupo estrangeiro”.

Há outras justificativas para o pedido de informações, no entender do senador. Uma dessas razões está relacionada com o fato de a Embraer ser empresa estratégica para a economia nacional, em função da sua importância para a aeronáutica, a defesa, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento das exportações, que vêm recebendo inclusive empréstimos de instituições oficiais de crédito a juros relativamente baixos.

A possibilidade de acesso a essas taxas especiais foi o que motivou a proibição para que a venda de ações a estrangeiros não ultrapassasse o limite de 40%. Parecer da Advocacia Geral da União citado por Suplicy afirma que as restrições ao capital estrangeiro não desaparecem após a privatização.